

A grande refrega sobre o patriotismo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires

O CENÁRIO DA REFREGA

A imprensa católica do século XIX, cujo inventário ainda se acha por estabelecer com toda a amplitude¹, constitui um inusitado universo de doutrina, de polémica e de projecto. Há uns tantos jornais de classe, de típica informação, mas há um rol deles doutrinários, empenhados na postulação de teses, comprometidos na defesa de antíteses, apostados, ou no tradicionalismo, ou no modernismo. A consulta de um simples número de alguns jornais católicos oitocentistas, sobretudo dos publicados depois de 1850, dá ao consultor a visão de um panorama em que, salvo o dogma, nada era pacífico, tudo era sujeito de elenco, de confutação, de exercício dialéctico.

Raros desses jornais oferecem um perfil de pura eclesiasticidade. Uns são históricos, outros regeneradores, uns são fontistas, outros avilistas, uns mais próximos do absolutismo, outros do liberalismo. Imprensa que veicule as teses oficiais da Igreja não abunda. Todos os jornais de matriz católica, cada um a seu modo, e situados na sua vertente política, julgam deter a verdade. Por isso, a doutrina vê-se, quantas vezes, sujeita a tratos de polé, mormente quando os jornais procuram torcer a doutrina por forma a ajustá-la às leis políticas.

¹ Para um aproximado inventário, cf. A. SILVA PEREIRA, *O Jornalismo Português*, Lisboa, 1895; ALBERTO MORAIS, *As Comunicações Sociais*, in *Um Século de Cultura Católica em Portugal*, Lisboa, Ed. Laikós, 1984, 73-84.

As tormentas do polemismo perturbam a nossa imprensa católica de ponta a ponta. Mal se inicia um debate acerca de um simples tema, já outra frente disputativa se abre por causa de outro, insólito que ele seja. Se consultarmos, por exemplo, a sucessão jornalística de *O Domingo* e *O Bem Público* — órgãos que efectuaram o contraponto crítico — alguns dirão: reaccionário — da problemática oitocentista inerente à vida católica, encontraremos ininterruptas discussões, em que os doutrinadores se excomungam uns aos outros. O leque de temas é variadíssimo: congregações religiosas e suas liberdades; catolicismo tradicional e moderno; legitimismo e liberalismo; questão romana e poder temporal do Papa; poder espiritual do episcopado; amortizações dos bens eclesiásticos; dotação do culto e do clero; divisionismo dos cristãos; modernismo teológico; crítica cristológica; relações da Ciência com a Religião e da Religião com a Política; o poder eclesial na Faculdade de Teologia de Coimbra; as teses positivo-evolucionistas sobre o *Génesis*; a difusão do Protestantismo; o direito do laicado a uma presença activa na Igreja e na sociedade.

Eram estes os grandes tópicos do século XIX, não sendo de estranhar o seu constante debate. Tema, porém, do século XIX não era, de modo algum, em razão das condicionantes, o patriotismo do arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. No entanto, isso que se designa por «peleja de 1866», não concerne a nenhum problema doutrinal, a nenhuma quodlibetal de tese-antítese. Concerne unicamente à lavagem pública do perfil de uma pessoa, falecida ia para uns trezentos anos.

Os historiadores mais respeitados nunca tinham posto em causa a lealdade pátria deste padre dominicano, eleito arcebispo bracarense e senhor temporal de Braga. A tradição da sua imagem assentava no retrato que dela esboçara Fr. Luís de Sousa na sua famosa e elegante *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*, editada em 1619, em que o ilustre escritor abunda nas qualidades de estilista barroco, ao qual nem sequer falta o sentido da ampliação e da fama, de modo a proceder à apoteose do biografado. Nunca o patriotismo de Frei Bartolomeu esteve em causa, ao menos na espécie, já que, na generalidade, os historiadores de maior simpatia com o partido de

D. António Prior do Crato, abundaram em expressão de suspeitas contra todos os que, embora por razões institucionais, aceitaram de tácita mente a aclamação dos Filipes. Já ao tarde, Rebelo da Silva, tratando da nossa história seiscentista, substanciou algumas questões capazes de erguer a suspeita contra o patriotismo do beato dominicano enquanto arcebispo bracarense², mas tudo ficou por aí.

Já nessa época, Camilo Castelo Branco lera a *Vida de Dom Frei Bartolomeu*, por Frei Luís de Sousa. Em páginas evocativas das terras do Barroso, descreve, com franca simpatia, as visitas do frade-bispo àquelas terras, mostrando-se sensível às imagens transmitidas por Fr. Luís de Sousa³. Algum tempo depois, Camilo estudava a época sebastiânica, apetente de uma biografia do Prior do Crato. Na novela *O Senhor do Paço de Ninães* (1867) monta o cenário da vida portuguesa a seguir ao desastre de Alcácer-Quibir, e nele inclui a narrativa do processo que Bartolomeu dos Mártires, enquanto arcebispo, moveu ao dr. Francisco Pereira Caldas, por culpado na revolta dos seguidores do Prior do Crato. Aí, três anos passados sobre a publicação de *Doze Casamentos Felizes*, Camilo dá provas de mutação. Já não o sensibiliza o santo pastor calcurreando terras de Barroso. Aflige-o a figura de um arcebispo, de um português, que acusa de se «passar para Castela»⁴. De qualquer modo, também o assunto poderia ter ficado por aí.

Aconteceu entretanto que, em Outubro de 1856, um novo arcebispo assumira a cátedra bracarense. Provinha de Viseu. Chamava-se D. José Joaquim de Azevedo e Moura, que se manteve na cátedra até à morte, em 27 de Novembro de 1876. A sua eleição para Braga foi, de princípio, pacífica. Todavia, em 1864, publicou uma *Pastoral* de evidente apoio ao Partido Histórico, gerando à sua volta um ambiente desfavorável.

² REBELO DA SILVA, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1860-1871.

³ CAMILO CASTELO BRANCO, *Doze Casamentos Felizes*, in *Obras Completas*, VIII. Porto, Lello, 1988, 1049.

⁴ ID., *O Senhor do Paço de Ninães*, in *Obras Completas*, VI. Porto, Lello, 1987, 292.

Ao mesmo tempo, remodelava o corpo docente do Seminário, chamando a ele duas figuras do vanguardismo — os cônegos Joaquim Alves Mateus e António Lopes de Figueiredo⁵. As relações institucionais entre o Paço, o Cabido e o Seminário em breve se tornavam, para o arcebispo Moura, um duro osso de roer e, por isso, demitiu do Paço um grupo de padres bracarenses, de formação legitimista, e chamou para seus familiares outros tantos que, ou eram de formação liberal, ou tinham pública imagem de independentes. As mudanças e as nomeações causaram a reacção de algum clero bracarense, que decidiu juntar-se em um jornal, *O Primaz*, cujo objectivo, confessado objectivo, é este: deitar o arcebispo Azevedo e Moura abaixo. Conseguir a sua demissão, a sua resignação, a sua substituição, fosse o que fosse — mas que Azevedo e Moura saísse de Braga quanto antes. Ninguém pensava em Frei Bartolomeu, mas este seria, ao fim e ao cabo, o peão das nicas.

AS FORÇAS NO CAMPO DE BATALHA

O órgão do Partido Histórico em Braga é o bi semanário *Partido Liberal*, a que sucedeu o *Correspondência do Norte*, quando da fundação do Partido Progressista. O Partido Histórico parecia não dispor em Braga, até 1864, de escritores e de jornalistas capazes de manutenção de um órgão de imprensa. Em 1864 dois novos cônegos foram nomeados para a Sé de Braga, com ónus de ensino no Seminário: António Lopes de Figueiredo e Joaquim Alves Mateus (1837-1903). Assumiram eles o encargo da promoção do Partido Histórico em Braga e, neste quadro, surge o *Partido Liberal*, que se publicou desde 5 de Março de 1866 a 20 de Outubro de 1867⁶. Saía às quintas e aos domingos, tendo como director político o jornalista Gualdino Valadares, se bem que os redactores fossem os citados cônegos. Tinha Francisco José Lopes como administrador, sendo impresso na Tipografia António Bernardino da Silva, na Rua

⁵ Cf. PINHARANDA GOMES, *Joaquim Alves Mateus, Orador Político e Sagrado*. Câmara Municipal de Santa Comba Dão, 1987, 29 e sgs.

⁶ Cf. LOPES DE OLIVEIRA, *Imprensa Bracarense*, Braga, 1976, 143. O autor não cita Alves Mateus como principal redactor do jornal.

Nova de Sousa, 53, em Braga. Jornal de natureza política, liberal, órgão partidário, não exprime qualquer ponto de vista eclesial, nem oficioso, nem oficial⁷, ainda que, em matéria religiosa, seja um jornal de informação católica. É, porém, um espaço político, e partidário, não contemporizando com o legitimismo e opondo-se às personalidades que discordavam, já da política do seu Partido, já dos interesses dos seus responsáveis. Logo ao n.º 6 (5.4.1866) deita-se ao P. Martinho António Pereira da Silva, calendarista da Sé, e que, havia pouco erigira, no alto do Sameiro, frente a Braga, a coluna com a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, num projecto que ele estava longe de conceber se transformasse num santuário de primeiro valor pastoral. Parece que o Padre Martinho tentou afastar certas pessoas de darem ajuda económica ao jornal histórico. O facto originou um debate que extravasou para outros jornais e atingiu *O Bem Público*, de Lisboa. As quatro páginas do periódico enchem-se de polémicas, sobretudo acerca das desamortizações e do poder episcopal. O *Partido Liberal*, redigido por dois cônegos contratados pelo arcebispo José Joaquim de Azevedo e Moura⁸ está, porém, totalmente ao lado do arcebispo contra os legitimistas, e contra o clero que recebeu Azevedo e Moura com evidente antipatia.

O desagravo pelos bispos variava de diocese para diocese. Na cidade do Porto, e contra o bispo D. João de França Castro e Moura, levantou-se a voz do semanário *O Purgatório* (1859-1863), depois diário, que olhava o referido bispo como legitimista, por ter defendido os direitos eclesiásticos⁹. Em Braga,

⁷ De facto, embora o cônego Alves Mateus fosse o autor dos artigos do *Partido Liberal*, ele não exprimia qualquer ponto de vista oficial da Igreja. Nem se pode dizer que a sua opinião «não é de todo contrária à hierarquia religiosa oficial». Cf. ALEXANDRE CABRAL, *Polémicas de Camilo*, V, Lisboa, 1981, 8.

⁸ E não D. António de Freitas Honorato, como escreve Alexandre Cabral (*Polémicas*, V, 7). Como veremos, este D. António de Freitas Honorato ainda se veria involuntariamente envolvido nos respingos da grande peleja.

⁹ Cf. *O Purgatório*. Semanário. Porto, 10-6-1856 — 30-8-1863. Passou a diário em 27 de Agosto de 1860. Proprietário e Redactor: João César Pinto Guimarães. A partir de 11 de Janeiro de 1863 move intensa campanha contra o bispo do Porto, a quem considera rude e orgulhoso. *O Purgatório* defendia o governo do Duque de Loulé.

Azevedo e Moura é sobretudo atacado por dar a impressão de ser um excessivo liberal, mais interessado na política do que na pastoral. No terreno surge, então, o semanário *O Primaz*¹⁰, que se publicou desde 23 de Outubro de 1866 a 30 de Abril de 1867. Seu director e sua cabeça era Joaquim António de Barros, que cedo se mostrou rebelde, incapaz de aceitar certas decisões do bispo. Não conseguia entender que, do Paço Arquiepiscopal, o novo arcebispo houvesse demitido alguns padres, chamando outros.

O Primaz tinha a Redacção na Rua da Porta Nova, sendo todavia composto e impresso na Tipografia de António Bernardino da Silva, sita no n.º 53 da Rua Nova de Sousa, em Braga. A que vem *O Primaz*? *O Bracarense* sempre bem informado, avisou: Vinha para guerrear o Arcebispo Moura. *O Primaz* não o ocultou. «Nos casos extremos lança-se mão de meios extremos: e *O Primaz* começando pelo alto, pela cabeça, sem considerações por ninguém, (...) poderá sem dúvida obstar a grandes males»¹¹. O Arcebispo, daí a pouco alcunhado de «caloteiro», é a cabeça, mas tudo quanto rodeia a cabeça é alvo. Começa por atacar o Bacharel Mordomo do Arcebispo, P. Lúcio António da Costa, que considera ser um escândalo em Braga, ao abichar todos os cargos importantes da Igreja Bracarense¹².

O propósito de *O Primaz* é o de, mediante uma campanha de intensa oposição, conseguir remover Azevedo e Moura de Braga. Não é, pois, nem um órgão oficial, nem um órgão oficioso. É uma voz independente, de algum modo rebelde, já que, por motivos sócio-políticos, acaba por contestar a própria natureza pastoral do arcebispo. Só que este assim o consentiu, ao evitar diálogo com Joaquim António de Barros. É óbvio que o *Partido Liberal* seria a voz da réplica a *O Primaz*. Nenhum deles era veículo eclesial, e ambos, por diferentes causas seriam, ou anti-, ou pró-episcopal, na pessoa de Azevedo e Moura.

¹⁰ Cf. LOPES DE OLIVEIRA, *Imprensa*, 53.

¹¹ Cf. *O Primaz*, Ano I, n.º 1 (23-10-1866), 1.

¹² *Ibid.*, O Dr. Lúcio António da Costa era abade de S. Miguel de Soutelo, arcipreste de Braga e Amares. Um outro visado, o P. Ribeiro, era pároco de Parada de Cunhos.

Antes que o *Partido Liberal* e *O Primaz* existissem, antes, sequer, que pensassem em nascer, já crescia *O Bracarense*, desde 1855, trissemanário, órgão oficioso do Partido Cartista, ou Regenerador, logo situado no lado oposto ao novel *Partido Liberal*. Periódico literário e político, também impresso na mesma tipografia da Rua Nova de Sousa, teve M. J. Alves Passos como primeiro director, e, depois, o bacharel F. J. da Silva Araújo e Melo¹³. Trata-se de um jornal deveras bem pensado e confeccionado, cujos articulados, mesmo quando sem assinatura, se vê provirem de penas eruditas e cultas. *O Bracarense* era, como o *Partido Liberal* um veículo partidário, jamais podendo assumir-se como voz oficial ou oficiosa da Igreja. Tinha, porém, um pendor legitimista, em oposição ao bissemanário de Alves Mateus. O que escrevesse não comprometia a autoridade hierárquica, tal como o que o *Partido Liberal* escrevia não era de molde a comprometê-la. De formação católica, *O Bracarense* surgia, no entanto, como voz não-liberal. O seu grande redactor era um ilustre escritor, aqui e em qualquer parte do mundo, João de Almeida Braga, teólogo, apologeta, canonista, e mente de superior envergadura. Foi um dos católicos que colaborou na educação eclesial do bispo Alves Martins¹⁴, pastor de Viseu, mediante umas cartas notáveis que lhe endereçou sobre o poder temporal do Papa. João de Almeida Braga, com seu rigor e sua criatividade, fez vergar o génio exaltado de Camilo na grande peleja bartolomeana. Aliás, Camilo, ao replicar a *O Bracarense*, sabia não se dirigir a qualquer um. O opositor chamava-se João de Almeida Braga, o que não constituía coisa de somenos importância.

Em Lisboa também já se publicava, desde 8 de Julho de 1863, a revista eclesiástica e literária intitulada *O Bem Público*. Esta revista sucedia a outra, o semanário *Domíngos*, dirigido pelo raro apologeta e precursor historiógrafo eclesial José de Sousa Amado (1812-d. 1888). O seu director, e principal redactor viria a ser José Maria de Sousa Monteiro (1810-1881) que seguiu a esteira de Sousa Amado na área da apologética e da história eclesiástica. *O Bem Público* compendia tanto material ideo-

¹³ Cf. LOPES DE OLIVEIRA, *Imprensa*, 51-53.

¹⁴ Cf. JOÃO JOAQUIM DE ALMEIDA BRAGA, *O poder temporal do Papa. Carta a D. António Alves Martins, Bispo de Viseu, Braga 1867*.

lógico da sua época, que uma história da vida portuguesa, já política, já eclesial, não pode ser escrita, sem a sua prévia leitura. Sousa Monteiro oferece analogias com Almeida Braga. São homens de similar idiossincracia, de comparável erudição e de próxima imaginatividade. Dispondo de mais pronta informação em Lisboa, Sousa Monteiro conseguiu abarcar maior número de problemas do que Almeida Braga, e, além disso, enquanto *O Bem Público* circulava em todo o país, *O Bracarense* não esperava sair para além dos limites distritais. No entanto, o sentir eclesial de ambos os jornais é algo de registável. *O Bem Público* não tinha a ver com os partidos em Braga. Quando muito, teria de vigiar a política nacional dos Partidos face à Igreja. Não era um semanário, nem oficial, nem officioso. Expressava o ponto de vista de uma corrente católica que se mostrava legitimista em política, e não liberal em dogmática.

Se *O Bracarense* tinha um João de Almeida Braga, na cidade havia uma outra temível figura de pensador, de apologeta e de fundibulário. Por vezes comparado a José Agostinho de Macedo, temido como «esfola-bestas». Estilista de alto coturno, manejador da pena como o escritor de Seide, liberto de imaginação romanesca, atento ao real e ao objectual. Chamou-se João António Veloso, presbítero.

Com ele, José Maria Dias da Costa e o P. José Maria Vieira da Rocha fundaram um semanário religioso, literário e noticioso, o *União Católica*, que se publicou entre 30 de Junho de 1866 e alhures de 1874¹⁵. Tinha a Redacção na Rua de S. Miguel o Anjo, sendo impresso na Tipografia Lusitana, n.º 3, em Braga. O seu aparecimento vem precedido pela aprovação do arcebispo Azevedo e Moura. Não é um jornal liberal, nem literalmente legitimista, embora para este lado penda; não é o órgão oficial da Arquidiocese, mas, entre todos os jornais bracarenses da época, é o que apresenta um certo perfil *officioso*: trata, não de política, mas de assuntos religiosos na perspectiva eclesial. Nunca desrespeitará o arcebispo, e, contudo, nunca tomará a sua defesa. Aos do *Partido Liberal* chama *liberastas*. Não diz *amen* a toda a prosa do *O Bracarense*, mas gosta dele. João Ve-

loso e Almeida Braga são espíritos gémeos. Veloso mais rude, Almeida Braga mais especulativo, mas ambos no mesmo caminho.

Nenhum deste jornais esperava uma refrega sobre o patriotismo de Bartolomeu dos Mártires. Muito menos *O Primaz* quando, para atacar Azevedo e Moura, se lembrou de invocar essa mítica figura dos escritos de Fr. Luís de Sousa. Só o diabo se lembraria de, a propósito dos ataques à pastoral de Azevedo e Moura, se decidir uma batalha em torno de Bartolomeu, morto já para uns três séculos. E assim se decidiu a refrega...

A GRANDE REFREGA

O Primaz — Local intitulado «Variedades. Os Dous Arcebispos. I. Exemplo de Caridade. II. Reverso da Medalha».

Na primeira parte transcreve o trecho de Frei Luís de Sousa em que Bartolomeu dos Mártires é apresentado como prégador e esmoler, dando o óbulo à anciã. Na segunda parte, para obter o contraste entre Bartolomeu e Moura, afirma, entre o mais: que o actual arcebispo de Braga «não foi nunca prégar a lugar deste termo, nunca prégou nesta cidade, nem mesmo na sua catedral»; que o falecido D. Bartolomeu exercia a caridade segundo os preceitos do Evangelho, enquanto o actual Arcebispo «dá, pelas Festas do ano, algumas mantas aos presos da cadeia, reparte com a esquerda alguns cobres da caixa das multas», e logo dispõe de «uma dextera que manege a pena para escrever nos jornais o elogio laudatório». Enfim, o Arcebispo actual «não préga, não ensina o seu rebanho, não baptiza, não confessa» e não exerce a virtude da caridade para com os pobres. (Ano I, n.º 1, 23. 10. 1866, p. 3).

O Bracarense — Local intitulada «O Prelado Bracarense e os Maldizentes». Acusa *O Primaz* da grave tentativa de denegrir a imagem do Arcebispo Azevedo e Moura, em cuja defesa alça a espada, sem, todavia, se mostrar muito contundente, embora releve de algum entusias-

¹⁵ Cf. LOPES DE OLIVEIRA, *Imprensa*, 166-167.

mo quanto à necessidade de se pôr ao lado dos «vilipendiados», isto é, do Arcebispo e familiares do Paço. Não deixa de chamar a atenção para o facto de ter avisado que um novo jornal — *O Primaz* — iria surgir, com o objectivo de incomodar a situação hierárquica na Arquidiocese. (Ano XII, n.º 1323, 25-10-1866, p. 1).

O Primaz — Num artigo de fundo, sem título, e sem abrir polémica com *O Bracarense*, discorre acerca da obrigação que o arcebispo tem de visitar a sua diocese. Apela ao exemplo de Fr. Bartolomeu dos Mártires, e afirma que, este, «no cumprimento deste dever, não esfriou diante das escarpadas montanhas do Marão, nem tão pouco à vista dos íngremes e intransitáveis caminhos do Barroso». Desenvolve as acusações contra o Padre Lúcio, familiar do Paço, e faz-se eco da doutrina de um artigo do *União Católica* acerca da lei das desamortizações, em que há uma velada repreensão ao arcebispo Moura. Enfim, considera que Moura, como arcebispo, é indigno de suceder na cátedra que D. Fr. Bartolomeu ocupara (Ano I, n.º 2, 30.10.1866, p. 1)

Partido Liberal — Este bissemanário era, sem dúvida, a «dextera» que teria de assumir a defesa do arcebispo Moura, o que se propõe fazer. Afinado pela comparação entre os dois arcebispos, comenta: «O senhor D. José Joaquim de Azevedo e Moura, se não deu ainda a sua cama aos pobres, não concorreu, nem concorrerá nunca para entregar a pátria às mãos do estrangeiro, traíndo vilmente a causa santa da independência, como traíu o célebre Arcebispo, que se foi um prelado exemplar, foi um péssimo português». Lançando poeira aos olhos do leitor, o polemista pouco se importa quanto à justificação do ofendido. Prefere desviar todas as atenções para o Arcebispo falecido, a quem apelida de «vil traidor da Pátria e falsificador do sufrágio do povo». (Ano I, n.º 63, 3-11-1866, p. 1).

O Bem Público — Este jornal lisbonense acha-se por então envolvido em várias questões polémicas: o poder

pontifício, os Jesuítas, os padres liberais, etc. É a voz do integrismo numa opinião fracturada em modismos e opções de conjuntura, sem grande atenção à doutrina, que o jornal de Sousa Monteiro antepõe aos modismos. Por causa do que se escreve em Braga, abre uma nova frente de combate. Em um artigo, sem título, mas cujo tema é «O Partido Liberal e o Arcebispo de Braga», castiga o *Partido Liberal* pela orientação que este vinha dando ao caso. E diz: «Bem podia o *Partido Liberal* defender o sr. Arcebispo de Braga das acusações do *Primaz*, e cremos que poderia fazê-lo com vantagem». Noutro passo. «... o *Partido Liberal* não tratou de mostrar o defeito da comparação; autorizou-a insultando o vivo, e cuspiendo a desonra sobre o morto». Conclui, escandalizado: «E é um padre, um cônego, um professor do Seminário bracarense, que por lisonja torpe a tanto se atreve! Não sabe louvar os vivos sem vituperar os mortos».

De notar que *O Bem Público* dava claras provas de já saber quem era o autor da prosa do *Partido Liberal*, com quem andava há muito de candeia às avessas, em sucessivas polémicas; e de notar ainda que, no aspecto da temática, *O Bem Público* viu claro: o *Partido Liberal* de todo desviava a controvérsia: uma vez que se mostrava incapaz de refutar as acusações a Moura, e uma vez que trazia à ribalta o que era secundário — o termo de comparação! — era como se confessasse implicitamente que Moura merecia as acusações, pelo que melhor seria não mexer nelas, e criar uma diversão que orientasse tudo e todos para o que não estava objectivamente em causa — o patriotismo de Bartolomeu dos Mártires. (Série X, n.º 17, 10-11-1866, pp. 1-2).

Partido Liberal — O falecimento de D. Miguel (14-11-1866) parece ter dado novo andor à imprensa liberal. O bissemanário bracarense aprofunda a sua posição e reitera os argumentos. *Não discutirá a pessoa de Azevedo e Moura; será pertinaz na análise do patriotismo de Bartolomeu*. Esta pertinácia vivia também de empur-

rões, vindos de fóra, pois, como veremos, Camilo Castelo Branco já estava em contacto epistolar com Joaquim Alves Mateus, municinando-o para o cerco a D. Fr. Bartolomeu. O jornal acha que os confrontos pessoais são convenientes, isto é, que será útil confrontar o Arcebispo vivo com o Arcebispo morto, mas, como é óbvio, nunca fará qualquer confronto. Propõe que «a história não é estrado de adulação servil, mas escola de austeros ensinamentos»; que a comparação de Moura com Bartolomeu era inadequada, porque o morto fora um traidor, enquanto o vivo tal não fora. O único antecessor digno de ser confrontado com o vivo seria D. Fr. Caetano Brandão... Ora, «como Prelado, Bartolomeu dos Mártires foi do evangelho um comentário vivo...» mas, «como português, legou-nos. traíndo a causa da independência, um deplorável exemplo de fraqueza e deslealdade». Apela à biografia do Arcebispo por Frei Luís de Sousa, enumera os actos suspeitos de traição e conclui que Fr. Bartolomeu «não merece a honra de ser inscrito nos nobres fastos do patriotismo» (Ano I, n.º 68, 18-11-1866, pp. 1-2).

União Católica — As acusações a Moura já tinham passado, arquivadas que foram pela chamada ao primeiro plano do patriotismo de Bartolomeu dos Mártires. Em artigo intitulado «Uma Defesa Miserável», afirma-se: «Quem quiser ver uma boa causa perdida entregue a sua defesa ao *Partido Liberal*». Este jornal é acusado de querer lisonjear o Arcebispo residente, «para talvez preparar algum despacho favorável do Paço Arquiepiscopal, e queimou-lhe um incenso tão podre que nauseou o prelado e todos os leitores». «Desenterrou os mortos e desonrou-lhes as cinzas venerandas». Elogia o falecido Arcebispo, tece a defesa do biógrafo Fr. Luís de Sousa, e põe o dedo na ferida: o tema em causa era a competência do Arcebispo Moura; porquê, então, desviar a controvérsia? Assim, para *O Bem Público* e para o *União Católica*, o procedimento do *Partido Liberal* constituía uma hipocrisia, uma confessada incapaci-

dade de refutar as arguições contra Moura, aduzidas por *O Primaz*. (Ano I, n.º 21, 24-11-1866), pp. 247-248).

Partido Liberal — Só agora responde ao artigo de *O Bem Público*, aliás com muita cautela. Aproveita uma réplica àquele jornal sobre o poder dos bispos e sobre outros problemas eclesiológicos, e convida o jornal de Lisboa a não se imiscuir na polémica sobre Bartolomeu dos Mártires. Afirma que sobre ele já disse o que tinha a dizer, embora, se necessário, pudesse dizer mais. Algumas cartas de Camilo estavam já na escrivania de Alves Mateus (Ano I, n.º 70, 25-11-1866, pp. 1-2).

O Primaz — Continua os seus ataques ao Arcebispo Azevedo e Moura. Ignora o envolvimento de outros jornais no debate sobre Bartolomeu dos Mártires, o seu alvo não é outro senão a Arcebispo Moura e o Paço Arquiepiscopal. Por fim, acha que não pode alhear-se mais de um assunto que foi ele a desnovelar, mas evita dizer a sua palavra própria. Prefere transcrever o artigo de *O Bem Público*, esse mesmo em que o *Partido Liberal* é denunciado por insultar o vivo e desonrar o morto; torcendo a comparação, aliás perigosa, que *O Primaz* começara por fazer. A corroborar a doutrina de *O Bem Público*, *O Primaz* insere uma pequena local em que noticia que as exéquias do Aniversário das Almas na capela de S. Lázaro teriam Alves Mateus como prégador. E, num remoço violento: «que não fará ele nas cinzas e sarcófagos dos pobres confrades das almas de S. Lázaro?!?! Ai daquelas benditas almas» (Ano I, n.º 6, 27-11-1866, p. 2).

O Bracarense — A análise dos argumentos e das fontes sobre o patriotismo de Fr. Bartolomeu ainda não se fizera. A polémica desenvolvia-se num jogo de caprichos. *O Bracarense* sente o coração retalhado e os olhos cobertos de lágrimas ao escutar a voz do *Partido Liberal*, que espanta e assombra os bracarenses, ao denegrir a figura de tão ilustre prelado. Lança-se na

ingente tarefa — demonstrar o patriotismo do falecido Arcebispo. Inicia o estudo intitulado «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História», em que responde aos argumentos aduzidos pelo *Partido Liberal* (n.º 68). Continua o estudo «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História», e declara manter-se ainda «firme no campo da lide, para continuarmos a rebater um erro histórico, uma injustiça flagrante», gerada e acarinhada no seio do *Partido Liberal*. Analisa os argumentos da biografia segundo Fr. Luís de Sousa e corrobora a sua valia mediante a tradição e outros escritores. (Ano XII, n.º 1336, 27-11-1866, pp. 1-2).

O Bracarense — Terceiro artigo da série «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História». Análise da época do santo Arcebispo, comparação das suas acções políticas com as acções de outras personalidades da sua época perante o problema da sucessão dinástica. Procura situar em posição correcta o Arcebispo face à política do tempo, demonstrando que nenhum dos seus actos envolve traição à pátria ou submissão aos Filipes. (Ano XII, n.º 1337, 29-11-1866, pp. 1-2).

União Católica — Artigo intitulado «Um Documento Valioso». Argui que o *Partido Liberal* se arvorou em advogado do diabo, de estar possesso de «pirronismo diabólico». Entende que o articulista do *Partido Liberal* já não dispõe de argumentos, que já se contradiz, que o melhor será «cantar a palinódia». Publica, a seguir, o Decreto pontifício de 23 de Março de 1845, que introduziu o processo de beatificação de Bartolomeu dos Mártires (Ano I, n.º 22, 1-12-1866, pp. 258-259).

O Bem Público — Na linha do anterior jornal bracarense, assinala as contradições do *Partido Liberal* e mostra-se feroz para com Joaquim Alves Mateus ao qual acusa de «caluniador por ofício e contraditório por necessidade». (Série X, n.º 21, 1-12-1866, pp. 175-176).

O Bracarense — Quarto artigo da série «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a História». Continua a rebater os juízos do *Partido Liberal* sobre as eleições em Braga e a fuga para Tui. (Ano XII, n.º 1339, 4-12-1866, pp. 1-2).

Partido Liberal — Enquanto *O Bracarense* expendia e gastava os seus argumentos, nem sequer cuidava que, sentindo-se já exausto, o adversário lhe saísse ao caminho para o derribar, sem achar reacção defensiva. Foi o caso. O *Partido Liberal* absteve-se de polémica durante umas semanas, enquanto *O Bracarense* dispendia esforços demonstrativos que, mesmo justos, se viu depois que foram usados antes do tempo. O *Partido Liberal* volta ao tema, o que diz lamentar. E responde a todos com um artigo constituído por excertos de umas cartas que Camilo Castelo Branco escreveu a Joaquim Alves Mateus durante este tempo. Camilo enviara a Mateus uns «documentos valiosíssimos» demonstrativos das traições anti-patrióticas de Fr. Bartolomeu. Joaquim Alves Mateus traslada para o debate trechos das cartas de Camilo, a quem elogia generosamente e agradece o seu contributo para «tirar a limpo o ponto ventilado». Camilo cita o documento fatal — o *Mostrador Geral do Arquivo da Mitra*, elaborado pelo desembargador provisor geral Inácio José Peixoto, em que se mencionam documentos comprovativos de actos filipistas de D. Fr. Bartolomeu. O *Mostrador* era, pois, um guia ou roteiro do Arquivo da Mitra. O *Partido Liberal* dá-se por satisfeito com estas aduções e conclui: «Pela nossa parte encerramos este debate» (Ano I, n.º 73, 5-12-1866, pp. 1-2).

O Bracarense — Prossegue o estudo histórico, focando com maior amplitude a participação de Fr. Bartolomeu nas Côrtes de Tomar, aduzindo que, se o Arcebispo traíu, todos os portugueses traíram, porque todos prestaram juramento a Filipe. Conclui que o *Partido Liberal* caluniou o Arcebispo e desafia o opositor a fazer prova das suas acusações. A título informativo publica o Decreto de 1845 que introduz a beatificação, e um

folhetim com uma breve biografia de D. Fr. Bartolomeu, extraída de uma *Série Cronológica dos Prelados Conhecidos da Sé de Braga* (Coimbra, 1830), do mesmo passo que defende o Arcebispo Moura dos excessos de *O Primaz*. (Ano XII, n.º 1340, 7-12-1866, pp. 1-2).

União Católica — Presta agora toda a atenção ao debate que o move contra o *Partido Liberal* no problema das desamortizações. Sente-se irado contra este jornal, que define como «igrejinha protestante» (Ano I, n.º 23, 8-12-1866, pp. 270-271).

O Bem Público — Replica ao *Partido Liberal* de 25 de Novembro, e desafia-o a trazer a público os documentos comprovativos do anti-patriotismo de D. Fr. Bartolomeu. «Venham os documentos com que foi pedida a artilharia no Porto para metralhar o povo; queremos vê-los, queremos que se saiba claramente que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires lhe deu o destino ou que ao menos queria dar-lho, de metralhar os seus vassalos que falassem em pátria e liberdade. Aqui o empraçamos solenemente para isso, com a cominação de o considerarmos um dos mais nauseantes caluniadores que temos conhecido» (Série X, n.º 22, 8-12-1866, pp. 182-184).

O Primaz — Continua os ataques directos ao arcebispo Azevedo e Moura, sem curar do equívoco polemista em que outros jornais se envolveram. Não obstante transcreve, do *União Católica*, o já citado artigo «O Partido Liberal e a Igrejinha Protestante» (Ano I, n.º 8, 11-12-1866, e n.º 9, 18-12-1866, pp. 1).

O Bracarense — Nova frente de combate se abre entre este jornal e o *Partido Liberal*. O tema é, agora, a sindicância movida ao Liceu de Braga. Interesses antagónicos e sonhos de emprego opõem os dois grupos. Desta vez, o articulista de *O Bracarense* não teve tempo para redigir novo texto para a peleja anti-bartolo-

meana, embora a mantenha viva. Para tanto, transcreve, de *O Bem Público*, o artigo titulado «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e os Zoilos» (Ano XII, n.º 1341, 11-12-1866, pp. 1-2).

Partido Liberal — Retorno ao tema em maior profundidade, no artigo «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e os Seus Defensores», em resposta aos outros comparsas, em especial *O Bracarense*. A principal peça do artigo é a primeira longa carta de Camilo, precedida de uma nota da Redacção, em estilo triunfal. «Em meio do granizo de um temporal desfeito, que passa sobre a nossa cabeça, é uma cousa consoladora termos por amparo o braço robusto do grande escritor. Incendem-se as cóleras, e chovem os anátemas.» Na sua carta, Camilo, envia o famigerado Mostrador Geral do Arquivo da Mitra, mas não envia os documentos ali mencionados, por não saber do seu paradeiro. O *Partido Liberal* promete tudo fazer para os descobrir: «Os documentos que atestam a afeição cega do Arcebispo D. Bartolomeu ao domínio estranho, devem estar aqui no Arquivo da Mitra, ou na Torre do Tombo. Faremos amanhã a verificação, a que hoje não podemos proceder» (Ano I, n.º 74, 13-12-1866, pp. 1-2).

O Bem Público — Primeira parte de um novo estudo: «A História e o Partido Liberal», em resposta a anteriores frechadas, em que o jornal de Braga é desafiado a provar o que afirma, e a comprovar que o jornal lisboeta não passa de um «truão deslinguado» (Série X, n.º 23, 15-12-1866, pp. 192-194).

O Bracarense — Resposta ao *Partido Liberal* de 13 de Dezembro. *O Bracarense* decide não dar resposta ao artigo de Mateus, centrando a sua réplica na carta de Camilo. O artigo intitula-se «Ao sr. Camilo Castelo Branco». Mordisca o escritor de Seide por este ter julgado que, no artigo publicado no n.º 1340, onde se põe em dúvida o *Mostrador*, que ele, Camilo, era o visado. Não era. *O Bracarense* considera a personalidade de Camilo. As

dúvidas referem-se ao *Partido Liberal*, mas, assim como assim, promete voltar, em apego e profundidade, ao Mostrador, e dar a Camilo o tratamento que merece. (Ano XII, n.º 1343, 15-12-1866, p. 1)¹⁶.

Partido Liberal — Desta feita, a nova réplica tem outro destinatário: «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a 'União Católica'». Responde aos dois artigos deste jornal de Braga, acima indicados, e nos quais se pusera a tónica na santidade do falecido Arcebispo. O *Partido Liberal* não duvida dessa santidade, mas recusa aceitar os argumentos aduzidos pelo Decreto de 1845 pela causa da beatificação, ou seja, não duvida porque não crê em tal santidade. O que está em causa é o patriotismo e, sobre este, afirma que o *União Católica* não trouxe qualquer iluminação. (Ano I, n.º 75, 16-12-1866, pp. 1-2).

O Primaz — Navegando à bolina, fogo contra Azevedo e Moura, apelidado de «caloteiro mitrado», por não pagar o que deve. Sobre Bartolomeu dos Mártires, nada. Não era este o seu múnus. (Ano I, n.º 9, 18-12-1866, p. 1).

O Bem Público — Segunda parte do artigo «A História e o Partido Liberal», desta feita em comentários às cartas de Camilo, cujos argumentos tenta confutar. (Série X, n.º 24, 22-12-1866, pp. 199-202).

União Católica — Em artigo, sem título, chama «garoto» ao redactor do *Partido Liberal*. «Conhecemos no sr. Cónego redactor do Partido Liberal muita habilidade e muita índole para estes pugilatos de língua, o que lhe não vemos é ciência e arte para discutir séria e proficua-mente uma questão». E adianta: «Apelou também para o sr. Camilo e este mandou-lhe ver o Mostrador do Arquivo da Mitra e até hoje não sabemos o que diz o Mostrador. E que prova tudo isto? Que o acusador

de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires não tinha fundamento para o acusar de tal crime». De facto, o *Partido Liberal* faltou à promessa de ao menos publicar os resultados da pesquisa documental que tão solenemente, em prefácio a Camilo, se comprometera a efectuar. (Ano I, n.º 25, 22-12-1866, pp. 292-295).

Partido Liberal — Artigo «O sr. Arcebispo Primaz e o 'Jornal de Viseu'». A difamação de Azevedo e Moura por *O Primaz* chegou a Viseu, onde o respectivo jornal, sem se envolver na polémica bartolomeana, tece a defesa do patriotismo do Arcebispo no poder. O *Partido Liberal* transcreve esse artigo, e eleva o Arcebispo num longo comentário às suas virtudes cívicas e patrióticas, pois sofreu a prisão por causa das suas ideias liberais¹⁷ (Ano I, n.º 77, 23-12-1866, p. 1).

O Bracarense — Em artigo intitulado «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal», reitera o desafio do *União Católica* a favor das provas documentais, prometidas mas faltosas. Por enquanto, o cónego do *Partido Liberal* não passa de um caluniador, apostado em atirar mancheias de lodo ao rosto do Arcebispo morto. (Ano XII, n.º 1347, 28-12-1866, pp. 1-2).

União Católica — À falta de texto próprio transcreve, de *O Bem Público*, o artigo «A História e o Partido Liberal». Começa, entretanto, nova polémica, em que o *União Católica* acusa os cónegos Alves Mateus e António Lopes de Figueiredo, de ensinarem erros (heresias?) no Seminário. (Ano I, n.º 26, 29-12-1866, pp. 303-307).

O Bem Público — Continua a série «A História e o Partido Liberal». Contra os argumentos aduzidos em Braga, tenta demonstrar que Bartolomeu dos Mártires não

¹⁷ Não conseguimos ver a edição do *Jornal de Viseu* com tal artigo. Supomos que se encontre, ou no n.º 145, ou n.º 146, do referido jornal, edições do mês de Dezembro de 1866.

¹⁶ CABRAL, *Polémicas de Camilo*, V, só inclui, de *O Bracarense*, os artigos publicados do n.º 1343 ao n.º 1360.

saíu de Braga por estar declarado a favor dos Filipes; que saíra para Tui, porque a isso o movera o respeito devido à autoridade civil e eclesiástica do Porto; porque a anarquia de opiniões que havia em Braga, e a teima dos cristãos-novos em chamar a esta cidade os horrores da guerra e da repressão, o obrigaram a sair. É quanto informa Faria e Sousa. «Negamos formalmente, enquanto não virmos provas em contrário, que D. Fr. Bartolomeu dos Mártires se declarasse parcial de Castela». Nesta mesma edição continua a polémica com o *Partido Liberal* sobre as desamortizações, inicia outra sobre o poder episcopal, e ainda outra, contra *O Português*, por causa da queima, ocorrida na Covilhã, das chamadas «bíblias protestantes». (Série X, n.º 25, 2,-12-1866, pp. 206-207).

O Primaz — Desta feita, diz uma palavra sobre a questão bartolomeana. Em Braga, e em Lisboa, fala-se muito do «cónego do Partido Liberal», mas ninguém pode assumir, com provas, que esse cónego seja Alves Mateus. Há quem o diga, o insinue, o escreva, mas o *Partido Liberal* é redactado por dois cónegos: Joaquim Alves Mateus e António Lopes de Figueiredo. Agora, numa «Carta do Longuinho do Bom Jesus do Monte a sua Prima a Exm.^a Braga do Arco da Porta Nova», acusa o *Partido Liberal*, de, numa cidade reaccionária, defender um Arcebispo liberal, e perseguir um Arcebispo santo. E insinua: «Mas diga-nos, querida prima, quem meteu o Alves Mateus nesta grande enrodilhada — neste tamanho sarilho? — Deveras foi o Camilo?... «E continua: «Oh Priminha, se foi ele, temos grande bexigueira: — se o Camilo é o mentor, Alves Mateus o pupilo, olhe que temos asneira! O Mateus lê o Mostrador, o Lúcio remexe o Arquivo, mas passado este lance, verá como o tal Camilo mete a todos num romance».

Para confirmar a revelação da autoria dos artigos do *Partido Liberal*, há uma Correspondência de Viana do Castelo, em que se dá notícia do agravo que este jornal está a provocar na cidade do Alto Minho, e que

o autor da campanha é Alves Mateus¹⁸. Ano I, n.º 10, 1-11-1867, pp. 1 e 3).

Partido Liberal — «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Bracarense», artigo que responde, já a *O Bracarense*, já a *O Bem Público*. Assume que, bem lida, a biografia do Arcebispo segundo Fr. Luís de Sousa grava a condenação do antipatriotismo de D. Fr. Bartolomeu. Outros historiadores são chamados à colação, mas as provas aduzidas são insuficientes. (Ano I, n.º 79, 3-1-1867, pp. 1-2).

O Bracarense — Ataca os argumentos da carta de Camilo, publicada no *Partido Liberal* de 13 de Dezembro de 1866, e parte de um processo de «vil traição». Põe em dúvida a crítica documental exarada pelo romancista, adiantando que todas as afirmações de Camilo são meras suposições. Desafia o escritor a mostrar os documentos, sem os quais a verdade, conforme a moderna crítica histórica, é inatingível. É uma das melhores peças de toda a polémica. (Ano XIII, n.º 1349, 5.1. 1867, pp. 1-2).

Partido Liberal — «Ainda o Patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires», com a segunda carta de Camilo, datada de 7 de Janeiro de 1867, já depois de publicada a anterior edição de *O Bracarense*. O *Partido Liberal* apresenta a carta de Camilo como sendo a «resposta cabal» ao artigo de *O Bracarense*. É, de facto, uma peça digna do referido artigo de *O Bracarense*, em que Camilo aduz os argumentos pelos quais foi Bartolomeu a instaurar o processo contra o dr. Francisco Pereira Caldas, grande patriota, e promete voltar a tribunal. (Ano I, n.º 81, 10-1-1867, pp. 1-2).

¹⁸ Alves Mateus nunca desmentiu. No volume *Cartas de Camilo a Tomaz Ribeiro*, (Lisboa, 1922), na Nota XIII, Júlio Dias da Costa refere que a polémica foi iniciada por Alves Mateus.

O Bem Público—Réplica ao *Partido Liberal* de 3 de Janeiro de 1867. O que está em causa já não é D. Fr. Bartolomeu. É um padre bracarense, fonte de contradições e de maledicências: Alves Mateus. «É padre só na batina este homem do *Partido Liberal*». (Série X, n.º 27, 12-1-1867, pp. 224-227).

União Católica—A falta de prata da casa, continua a transcrever, de *O Bem Público*, o estudo intitulado «A História e o Partido Liberal» (Ano I, n.º 28, 12-1-1867, pp. 327-333).

Partido Liberal—Desta feita, sem Camilo. Numa local intitulada «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e *O Bracarense*», o redactor discorre sobre o Mostrador do Arquivo e sobre a sua validade à luz da crítica histórica. O Mostrador, conquanto não contenha os documentos *ipsis verbis*, identifica a sua natureza e a sua existência. É um documento autógrafo, genuíno, com indicações precisas e claras, e não apenas vagas referências. O seu autor, Padre Inácio José Peixoto, redigiu-o com grande rigor. Enfim, Bartolomeu dos Mártires dificilmente poderá ser considerado entre os bemaventurados. Este artigo parece-nos uma evasiva para a impossibilidade de se trazerem a lume os documentos mencionados no Mostrador, ou Índice dos Documentos da Mitra, como quem diz: não há o documento, mas tenho a ficha da sua existência. (Ano I, n.º 82, 13-1-1867, pp. 1-2).

O Primaz—Cura pouco de rigores histórico-exegéticos. «O sr. cónego Alves Mateus está emparelhando admiravelmente com o sr. Camilo Castelo Branco». Selecciona trechos contraditórios extraídos dos artigos de Mateus e das cartas de Camilo, aos quais considera de «cabeça perdida». Chave: «Deus os dá e o demónio os ajunta» (Ano I, n.º 12, 15-1-1867, p. 1).

O Bem Público—Primeira parte de uma longa abjurgatória: «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal». No seu ver, os argumentos de Camilo põem o *Partido*

Liberal em desvantagem. A carta de Camilo é refutada, o discurso do *Partido Liberal* confutado, e o redactor de *O Bem Público* considera que a polémica parece um sonho, mas não é. Ela desenvolve-se em torno de acusações propostas sem provas, e que o *Partido Liberal* deve ao país a explicação porque apresentou um Bartolomeu «traidor vil», «péssimo português», «atroz perseguidor». A carta de Camilo, de 7 de Janeiro, é dissecada linha a linha (Série X, n.º 28, 19-1-1867, pp. 231-234).

O Bracarense—Artigo «D. Frei Bartolomeu dos Mártires e os seus Detractores», em que volta a insistir no pedido que fizera dos documentos, que nunca mais aparecem, que não existem, ou que ninguém sabe deles. «O sr. Camilo Castelo Branco, apresentando o chamado Mostrador, salvou-se do perjúrio, e disso estávamos certo, pois reconhecemos a sua lealdade e honradez; mas apesar dos vastíssimos recursos do seu talento, não pode valer ao acusador; porque o tal Mostrador não mostrou o que era necessário, e porque a causa era péssima e perdida». Lamenta que o escritor de Seide se haja envolvido no processo, se haja tornado padrinho de Alves Mateus. Promete continuar a dissecar a questão da validade do famigerado *Mostrador* (Ano XIII, n.º 1355, 19-1-1867, pp. 1-2).

O Bracarense—Num artigo intitulado «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Mostrador», o articulista explica que o «Mostrador» a que o Partido Liberal se refere «é um caderno de papel, com 25 ff., cosido com três pontos de seda azul em forma de X. Destas 25 ff. só 23 são escritas, contendo 4441 citações de documentos (existentes no Arquivo da Mitra). O escrito tem duas caligrafias diferentes, nenhuma delas sendo de Inocêncio José Peixoto, de quem não apresenta, nem assinatura, nem rubrica, nem sinal. Afirma com segurança que tal caderno nunca foi, nem podia ser, o Mostrador Geral do Arquivo da Mitra. Abona a tese com a exposição da caractereologia dos documentos elaborados por

Inocência Peixoto. Por conseguinte, as acusações baseiam-se num «documento apócrifo». (Ano XIII, n.º 1356, 22-1-1867, pp. 1-2).

O Bem Público — Segunda parte do estudo «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal», em resposta a Camilo. Defende o *União Católica* e *O Bracarense*. Acusa o *Partido Liberal* de blasfemo. No mesmo número publica a quarta parte da série «A História e o Partido Liberal», confutando a validade do Mostrador Geral da Mitra, que considera inadequado para aduzir tão graves acusações (Série X, n.º 29, 26-1-1867, pp. 238-240 e 240-242).

União Católica — Faz-se eco do artigo «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal», que transcreve de *O Bem Público*, com uma nota introdutória, em que afirma que o jornal liberal de Braga está a perder terreno e que, embora não o confesse, já tem a causa perdida (Ano I, n.º 30, 26-1-1867, pp. 352-356).

Partido Liberal — «O Patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Bracarense». O artigo serve três fins: defender a validade do Mostrador, defender Camilo e apresentar a terceira e a quarta cartas do escritor. O elogio de Camilo tem passagens notáveis, como esta, acerca do livro *A Divindade de Jesus*: «É mais que um primor de estilo, é uma obra de fé. Lemos mais de vinte refutações da *Vida de Jesus* por Ernesto Renan; lemos nelas nomes alemães, franceses e italianos; nenhum português vimos além do nome do sr. Camilo. Tem Portugal sete ou oito mil padres e, entre eles, alguns teólogos de nomeada. Nenhum escreveu, que nos conste, contra as doutrinas ímpias de Renan; fê-lo um leigo; fê-lo o sr. Camilo, acusado em Braga de falar contra as coisas de Deus».

Na sua carta, o escritor de Seide impugna a réplica de *O Bracarense*, sendo uma dissertação sobre os vocábulos *jurar* e *perjurar*, dado que *O Bracarense* insinuara

perjúrio nas cartas de Camilo. O texto não dá qualquer desenvolvimento à questão do patriotismo de D. Fr. Bartolomeu. O tema da quarta epístola, com data de 23 de Janeiro de 1867 (última peça camiliana no processo) é breve, e ainda sobre o Mostrador, em defesa da sua autenticidade e suficiência. (Ano I, n.º 86, 27-1-1867, 1-2).

Partido Liberal — «Dr. Fr. Bartolomeu dos Mártires e O Bracarense», artigo de Alves Mateus, sobre as devassas movidas pelo Arcebispo ao dr. Caldas Pereira e aos seguidores do Prior do Crato. Critica das fontes disponíveis. Insinua, com malícia, que *O Bracarense* é *fili-pista!* (Ano I, n.º 87, 30-1-1867, pp. 1-2).

O Bracarense — «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal», longo e dissecante artigo sobre o Mostrador Geral da Mitra. Os argumentos de Camilo são vária e repetidamente postos em causa. É transcrição do artigo publicado por *O Bem Público* de 19 de Janeiro de 1867, artigo que passa por ser a melhor refutação da defesa que Camilo fez do Mostrador (Ano XIII, n.º 1360, 31-1-1867, pp. 1-2).

O Bem Público — Terceiro capítulo do artigo «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e o Partido Liberal». Réplicas a Camilo, defesa da imprensa bracarense opositora ao *Partido Liberal*. (Série X, n.º 30, 2-2-1867, pp. 246-248).

União Católica — «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires», transcrito de *O Bracarense*. A polémica já tem pouca força, pelo menos nos jornais de Braga. (Ano I, n.º 31, 2-2-1867, pp. 362-363).

O Bracarense — Parece interromper as réplicas, faltando à promessa de explicar o resultado da consulta que se propunha fazer aos «novos cadernos» citados pelo *Partido Liberal*. Há razões para a interrupção: o articulista de *O Bracarense*, que residia na Póvoa de Lanhoso,

foi atacado, sendo mesmo fisicamente agredido, a mando do juiz da Comarca. Perante os fastos, eleva-se a doutrina da força. O jornal, em «Nota de Redacção», reivindica o seu direito de defesa. (Ano XIII, n.º 1361, 5-2-1867, p. 1).

O Bracarense — Não desenvolve a polémica, por enquanto. Informa, com algum gáudio, que o n.º 1359 (29-1-1867) se esgotou, devido a um artigo que voltou a reproduzir na íntegra, e que causou viva polémica. Nele se atacava certo comportamento político do arcebispo vivo — Azevedo e Moura. (Ano XIII, n.º 1362, 7-2-1867, p. 1).

O Bem Público — Quinto capítulo do artigo «A História e o Partido Liberal». Diz ser tempo de resumir o debate e de mostrar que a história não autoriza as calúnias que o *Partido Liberal* «emborcou sobre a memória veneranda deste varão apostólico». Não percebe como é que o *Partido Liberal* diz que Bartolomeu é, por um lado, santo e, por outro, traidor. Acaba por se envolver na defesa de *O Bracarense* por causa da acusação que este fizera de uns cónegos (Mateus e Figueiredo) ensinarem erros nas aulas de Teologia em Braga (Série X, n.º 31, 9-2-1867, pp. 253-255).

União Católica — Transcreve de *O Bem Público* um dos últimos artigos, e desfruta o elogio que, no *Partido Liberal*, Mateus fizera de Camilo (Ano I, n.º 32, 9-2-1867, pp. 381-382).

O Primaz — «A História e o Partido Liberal», de *O Bem Público*, fazendo o resumo do debate (Ano I, n.º 17- 10-2-1867, pp. 1-2).

O Primaz — Continua a transcrição do artigo anterior, que não conclui (Ano I, n.º 18, 20-2-1867, pp. 1-2).

União Católica — Na primeira página, noticia o julgamento do editor do *União Católica*, no processo que lhe foi movido pelos cónegos Mateus e Figueiredo, por terem sido

acusados do ensino de erros no Seminário de Braga. Iniciam-se debates sobre outros temas, e sobre novos problemas (Ano I, n.º 34, 23-2-1867, p. 1).

O Bem Público — Recapitulação dos «crimes» do *Partido Liberal*. Ataque ao Arcebispo Azevedo e Moura, por servilismo ao partido do Governo. Um dos crimes do *Partido Liberal* é a calúnia contra D. Fr. Bartolomeu. (Série X, n.º 34, 2-3-1867, pp. 279-281).

União Católica — Artigo «A União Católica e os srs. Cónegos do Partido Liberal», em que se efectua o balanço do julgamento do editor do *União Católica*, que foi condenado em multa. Bartolomeu dos Mártires ainda vem à baila, Alves Mateus é frontalmente chamado de *caluniador*. O balanço continua na edição seguinte. (Ano I, n.º 35, 3-3-1867, pp. 409-411).

União Católica — Continua o artigo antes mencionado. Apesar de tudo, admite que o Arcebispo Moura não carecia da miserável defesa do cónego Mateus, que fez o que fez em vista de alguma coisa que, pelos vistos, não conseguiu. Sonharia ir a bispo? Queria mover a influência de Moura? Mateus só elogiava quem tinha algo a dar. «D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, como não tinha que dar, é que não tinha quem o defendesse. A União Católica veio defendê-lo das calúnias dos defensores do sr. Arcebispo». Alerta para o facto de o *Partido Liberal* se preparar para nova calúnia, desta feita contra o Padre João Veloso (Ano I, n.º 36, 9-3-1867, pp. 423-425 e 427).

União Católica — Continua o precedente artigo. Agora toda a artilharia se abate sobre Mateus, considerado «servo infame». Noutra local, intitulada «Um Novo Mostrador», revê a problemática das acusações a Bartolomeu dos Mártires e dá o cónego Mateus como o grande vencido na refrega. (Ano I, n.º 37, 16-3-1867, pp. 435-438 e 438-440).

União Católica — Continuação do artigo «Um Novo Mostrador». Revisão das contradições de Alves Mateus e vindicta final: «O caluniador mentiu a si próprio, e as suas contradições confirmam a verdade histórica de que o Prelado caluniado foi um virtuoso Prelado e um português de nome puro e imaculado. Honra ao acusado, e vergonha ao acusador».

Termina a peleja por causa de D. Bartolomeu. Prossegue outra, em defesa do P. Veloso, na sequela do julgamento, a propósito dos erros no Seminário (Ano I, n.º 38, 23-3-1867, pp. 416-417).

O Bracarense — «O Partido Liberal e as suas Contradições», já noutra contexto problemático, desta vez a propósito da doutrina do *Partido Liberal* sobre o escandaloso déficite orçamental do Governo, presidido por Lobo de Avila. Mas o caso Bartolomeu ainda vem ao de cima: «Desejamos que o colega tranquilize o seu espírito para escrever e elucidar proficientemente a questão financeira, como fez na de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, a quem arrancou da boca os dentes um a um, como a *perro castelhano* que era, e *vil traidor* da sua pátria. Mas sossegue, por Deus! Tenha mais fé nos *meetings*¹⁹ e no mérito real dos seus chefes» (Ano XIII, n.º. 1387, 9-4-1867).

O Primaz — Último tiroteio contra o arcebispo Moura, do qual nunca desviou o fusil. Desta feita apelida-o de José da Galeria Joaquim Azevedo da Mouraria, «bachá da terceira do Reino, primo carnal dos Espanhóis, e par quando vai a cavalo...». E expira. Suspende a publicação, ao concluir que todo o seu fogo contra a Arcebispo vivo fizera ricochete no Arcebispo morto. E, não tendo atingido o objectivo por via da imprensa, promete leva o caso a Roma. Tudo fica em águas de bacalhau. (Ano I, n.º 25, 30-4-1867, p. 1).

¹⁹ *Meetings*, singular *meeting*. Era com este anglicismo que se designavam, na época, os comícios partidários.

SEQUELAS DA REFREGA

D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa — Por morte do Arcebispo causador da refrega, e decerto involuntário causador, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, foi investido no trono arquiépiscopal um novo pastor, D. João Crisóstomo Amorim Pessoa, que governou o povo católico bracarense desde 1876 a 1883. Em 17 de Junho de 1877 efectuou a visita pastoral a Viana do Castelo e, talvez num gesto de desagravo, entendeu visitar o túmulo do seu antecessor D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, na capela mór do convento dos Padres Dominicanos. No dia seguinte, 18 de Junho, fez essa visita de homenagem, na companhia de muitas dignidades eclesiásticas. Entre o povo achava-se José Caldas. Abriu-se o túmulo. Os despojos do Arcebispo santo encontravam-se na «mais irregular desordem». Encerrado o túmulo, deu o arcebispo D. João Crisóstomo a entender que gostaria que, do acto, se fizesse uma memória escrita.

José Caldas — Este, de seu nome completo José Ernesto de Sousa Caldas (Viana do Castelo, 1842-1932) tinha ao tempo a idade de trinta e cinco anos, sendo já publicista muito considerado e polígrafo de grande produtividade. Amanuense da Fazenda na cidade natal, recebeu do Arcebispo Amorim Pessoa a incumbência da tal «memória escrita». Leu-a o arcebispo e, depois de a ler, quis conhecer o autor. Assim sucedeu, ainda em Viana, na Rua de S. Pedro, onde o arcebispo pousava. E, um mês depois, era convidado a deslocar-se a Braga, onde receberia a incumbência de preparar uma biografia do arcebispo D. Fr. Bartolomeu. Caldas só aceitaria se o arcebispo lhe arranjasse, através de influências, uns meses de licença. Em 1 de Setembro de 1877 conseguia uma licença de seis meses. E começou a trabalhar. (José Caldas, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Coimbra, 1922, 10 e ss.).

Camilo Castelo Branco — É evidente que José Caldas tratou logo de contactar com o escritor de Seide, sobretudo por causa do Arquivo da Mitra e do famigerado Mostrador. Camilo redigia, na época, um boletim literário, *Bibliographia Portugueza e Estrangeira*, editado pela casa Ernesto Chardron, do Porto. Um dia escreve e publica um extenso artigo crítico aos dois tomos da obra erudita *Portugal e os Estrangeiros* (1879) editada pela Parceria A. M. Pereira, de Lisboa. Crítica notável, eruditíssima, fruto de uma leitura feita à lupa, de uma quase policial pesquisa. São de muito valor as correcções aportadas por Camilo à obra de Bernardes Branco que, em posteriores edições, deveria integrar os contributos camilianos. A propósito de uma rectificação que entende fazer ao que Bernardes informa de uma *Vie de Dom Barthelemy des Martyrs*, Camilo contraverte a balbúrdia de edições desta obra e informa os leitores: «O actual arcebispo de Braga encomendou uma nova biografia do seu antecessor a um hábil escritor de Viana do Castelo. Fr. Luís de Sousa já não serve: está fóra dos processos modernos. (*Bibliographia Portugueza e Estrangeira*, 5, 1879, pp. 75-84, p. 78).

José Caldas — Não gostou do modo como Camilo disse o que disse. Na verdade, parece haver naquelas palavras um remoque ao novo biógrafo. Talvez Camilo se sentisse preterido, ele, que tantas horas gastara a estudar a época de D. António Prior do Crato e que tinha sólidos pontos de vista sobre D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. José Caldas escreve a Camilo, a quem, logo em 1878, lera uns capítulos da nova biografia. Camilo respondeu particularmente «Meu amigo. Recebi no Porto a carta de V. Vou mandá-la transcrever na *Bibliographia* se é essa a sua vontade em conformidade com a minha. Sobre ser um belo pedaço de estilo, é uma excelente explicação do livro. Tenha muito em vista o *homem*; veja só do *santo* o *quantum satis*» (Caldas, *ob. cit.*, p. 51).
Camilo cumpre. A carta é publicada. Nela, José Cal-

das, depois das lamentações pelo remoque, conta as suas atribulações na pesquisa documental e também os desentendimentos a que chegara com o arcebispo residente. Vê o seu escrito preterido, porque, segundo parece, o arcebispo Amorim Pessoa acchou demora a mais na entrega do trabalho. A biografia ficou num beco. Por iniciativa de Pinheiro Chagas, a Academia das Ciências de Lisboa decide proteger o que escrito estava. Caldas remeteu o original à Academia. E tudo ficou por aí. O livro só seria publicado, precedido de ácida introdução memorativa, 45 anos depois (*Bibliographia Portugueza e Estrangeira*, 6, 1879, pp. 107-109, e Caldas, *ob. cit.*, pp. 53-58).

Camilo Castelo Branco — Responde a Caldas. Elogia o método seguido pelo escritor vianense, e repete as exigências antigas. José Caldas deve obter do arcebispo Pessoa o traslado dos documentos que ele, em tempo da grande peleja, invocara, por os ter visto mencionados no Mostrador. E diz onde se acham, em que gavetas da Mitra devem ser procurados. Não acredita, porém, que José Caldas seja mais feliz do que ele, Camilo, nessa devassa. (*Bibliographia Portugueza e Estrangeira*, 6, 1877, p. 109 e Caldas, *ob. cit.*, pp. 59-60)²⁰.

António José de Freitas Honorato — Falecido o arcebispo Pessoa, para a Sé de Braga é eleito novo arcebispo, D. António José de Freitas Honorato, que governou a arquidiocese entre 1883 e 1898. José Caldas insiste em iniciativas pela publicação da sua biografia sobre o Venerável. Nada consegue. Para além de sucessor de Bartolomeu dos Mártires, Freitas Honorato vai, todavia, ter de apanhar uns respingos. E despropositados, como despropositada fora a peleja anti-bartolomeana.

²⁰ Artur Anselmo abordou o tema das relações epistolares entre Camilo e José Caldas, a propósito da biografia que este se propunha escrever de D. Frei Bartolomeu. Artur Anselmo, segundo inferimos da notícia que lemos (*Diário de Notícias*, Lisboa, 4-3-1990, p. 25) apresentou novos documentos sobre estas relações.

Havia em Braga um cidadão, de nome José Carlos de Araújo Mota Júnior, e será este o respingador.

Mota Júnior — Também conhecido em Braga como o *Tóta Móta*, alcunha. Cidadão de expedientes, segundo o erudito Alberto Feio (*Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo de Braga*, I, p. 66) era filho do patuleia José Mota. Por não pagar o contributo para o Seminário, a que, pelos vistos, era obrigado, entrou em agravo com o novo arcebispo, e quis desfeiteá-lo. Não sabia como. E de que se lembrou? Coligiu as cartas de Camilo outrora publicadas no *Partido Liberal*, ordenou-as por datas, e ligou umas às outras com uns comentários de sua lavra, em que insulta o arcebispo Freitas Honorato.

Num breve prólogo, explica a origem da polémica (mas tão pouco explica que tudo fica embrulhado) que, a seu ver, foi «um louvar a Deus de injúrias e impropérios», até que, por fim, apareceu o génio de Camilo, que pôs a nu o filipismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. E, para que as cartas de Camilo não fiquem esquecidas, decide compilá-las. Não se sabe, nesse caso, o motivo porque, nos trechos de ligação de umas cartas às outras, de sua lavra, acusa o arcebispo Honorato de traír os interesses de Braga. Qual o vero intento desta compilação? Reviver Camilo? Como, se a transcrição das cartas é um atentado ao original? Documentar a polémica? Como, se apenas compila Camilo, esquecendo todo o resto? A nosso ver, Mota Júnior queria atacar Honorato e, não tendo recurso próprio, compilou as cartas e, com elas, mandou os recados que queria a Honorato. De certeza que, através de Camilo, e à sombra de Bartolomeu, o arcebispo Freitas Honorato havia de tomar conhecimento dos recados. (Mota Júnior, *Cartas Notáveis de Camilo Castello Branco. O Patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Martyres*. Porto, s.d. 1894?).

Manuel de Albuquerque — Dom Prior de Guimarães, sucessor de Alves Mateus na cadeira de Teologia do Seminário de

Braga, era do Covilhã (1843-1912). Conhecia, sem dúvida, Mota Júnior e conhecia, fóra de todas as dúvidas, o cónego Alves Mateus. Laurindo Costa, editor da Livraria Central, ficou descoroçoado com o oportunismo de Mota Júnior, e decidiu compilar a peleja bartolomeana. Não lhe foi possível, por mais pesquisas que fizesse, descobrir o paradeiro de todos os jornais envolvidos na questão, nem sequer os do *Partido Liberal*. Sendo assim, limitou-se a compilar os artigos de *O Bracarense* e convidou, para os prefaciá-los, o referido cónego D. Manuel de Albuquerque, que explica de um modo mais generoso a origem da contenda, mas não diz tudo. Veio a público o livro *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Felippes. Com as Cartas de Camillo Castello Branco*. Braga, 1895. Este livro também intriga. Albuquerque assinala, no prefácio, que ao *Partido Liberal* faltava a base das operações, isto é, os documentos que invocava. Nesse caso, ele leu o *Partido Liberal*! Porque não se incluíram os seus artigos? Alves Mateus era seu colega, era director da Biblioteca de Braga; seria impossível obter dele o jornal? Talvez sim, talvez não²¹. Resultado: o livro só

²¹ A fama de Joaquim Alves Mateus como deficiente governador da Biblioteca Pública de Braga já vem de longe.

Alves Mateus sucedeu na Biblioteca a António José da Cunha Viana, tomando posse em 30 de Outubro de 1879. Pouco se interessava pelo cargo. «A Inspeção Geral das Bibliotecas conhecia a situação irregular do bibliotecário, porque, a cada passo, perguntava se Alves Mateus estava em Braga ou em Santa Comba, em notas que existem na secretaria da Biblioteca. Por vezes o bibliotecário envergonhava-se do abuso, e recebendo de Braga a correspondência oficial, de Santa Comba enviava a Braga a resposta a dar, com a nota de ter 'estado retardada no correio alguns dias' (A. FEIO, in *Boletim da Biblioteca Pública*, I, 61-62). O mesmo erudito bracarense também informa que a Biblioteca perdeu centos de valiosas espécies, livros raros, incunábulo e manuscritos, Alves Mateus emprestava livros sem registar empréstimos, e também levava livros para Santa Comba Dão. Quando Alves Mateus faleceu, em 1903, o amanuense Henrique Augusto Rouffe foi a Santa Comba recolher o que havia por lá, mas, por falta de carimbo identificativo, livros houve que não regressaram a Braga. (Cf. FEIO, *Boletim*, 45). Devem achar-se na livraria que pertenceu a Alves Mateus, e foi doada à Câmara de Santa Comba Dão. Cf. *Joaquim Alves Mateus, orador Político e Sagrado*, S.C. Dão, 1987.

apresenta o núcleo da polémica Camilo Castelo Branco/*O Bracarense*, sem se ter procedido à montagem documental de toda a polémica.

José Caldas — Após imensos acidentes, vê a sua biografia, finalmente, publicada! A longa advertência, verdadeira novela sobre o processo de escritura de um livro, tem a data de 21 de Outubro de 1921. O livro saiu em edição da Coimbra Editora, Lda. (Antiga Casa França e Arménio) no ano de 1922. Consideramos esta biografia a última peça da «grande refrega bartolomeana», se bem que de tardio aparecimento, porque: *a)* o livro é fruto do convite do arcebispo Amorim Pessoa a José Caldas, numa data em que a negatividade da imagem do patriotismo de D. Fr. Bartolomeu ainda estava muito viva; *b)* O arcebispo Amorim Pessoa solicitou do autor um «estudo de carácter meramente profano» (Caldas, *ob. cit.*, 383), pelo que se subentende o desejo de obter uma biografia não-hagiográfica, em que o peso da vida política também viesse ao de cima; *c)* Camilo aproveita a oportunidade para repôr as suas teses, na esperança de que José Caldas consiga os documentos que ele não conseguiu; *d)* Enfim, os ecos da refrega são ainda patentes nesta biografia.

José Caldas não tratou do patriotismo, ou por voluntária censura, ou por falta de apoio documental, gorando os desejos de Camilo. O aparecimento da biografia segundo José Caldas suscitou recensões e críticas, algumas delas abordando o problema do patriotismo, mas estas constituem já desenvolvimentos ulteriores, quase sempre ignorando a discórdia que, *por estratégia* de Alves Mateus, com o apoio de Camilo, se enredou na figura do Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires.

CONCLUSÃO

A «grande refrega» sobre o patriotismo de D. Frei Bartolomeu surdiu como inesperado acidente no meio de um confronto que nada tinha a ver com a sua pessoa. No sentido de

obter um contraste que diminuísse a personalidade do arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura, *O Primaz* comparou a sua acção pastoral à do falecido antecessor. Os fâmulos de Azevedo e Moura arvoram-se em defensores. O cônego Joaquim Alves Mateus inflecte o sentido do ataque; desvia o fogo da pessoa do arcebispo Moura e propõe outro contraste: mesmo quando Bartolomeu fosse melhor pastor de que Moura, este era um grande patriota. Desde esse momento, Alves Mateus ganhou o aspecto imediato da contenda, pois de algum modo conseguiu colocar Moura no olvido, a salvo da contenda, do mesmo passo que desviava todo o contencioso para o que ninguém, de momento, esperava: debater a posição de Frei Bartolomeu nos trâmites da sucessão filipista.

Joaquim Alves Mateus não deve ter sido o estratega desta *diversão*. O estratega foi Camilo. Lendo no *Partido Liberal* a primeira reacção de Alves Mateus em defesa do arcebispo Moura, Camilo endereçou umas tantas cartas (das quais só conhecemos os excerpts) a Alves Mateus. Nessas cartas omitia o caso Azevedo e Moura e chamava a primeiro plano a alusão passageira a Bartolomeu que, desse modo, se tornaria o tema da polémica. Camilo obtivera, por intermédio de alguém, o Mostador do Arquivo da Mitra, ao tempo em que escrevia *O Senhor do Paço de Ninães*, e nele encontrara menção a cinco documentos que, todavia, não se acharam: a provisão de 1580, pela qual o arcebispo mandou despejar da cidade umas tantas pessoas; a provisão intentando a culpabilidade de Francisco de Caldas Pereira nas revoltas de D. António; a provisão do mesmo arcebispo mandando desarmar os cristãos novos; a cópia de uma carta pedindo artilharia para defesa da cidade; e, por fim, a provisão para se efectuar a devassa aos amotinados.

Com base nas menções de tais documentos, e sem os ter visto, Camilo concluiu pelo anti-patriotismo de Frei Bartolomeu, ampliou a suspeita, e empurrou Alves Mateus para uma contenda inconclusiva. Deveras, o desenrolar da polémica não aduziu provas provantes de tal anti-patriotismo. Ciente da inconclusividade estava Camilo ainda quando, em 1879, mostrava a esperança de que o escritor José Carlos pudesse ter acesso a tais documentos.

De um modo geral, o arcebispo D. Frei Bartolomeu tem tido pouca sorte quando os escritores abordam a sua posição de 1580. «Alguns — segundo o Padre Raul Rolo — têm chegado mesmo a suspeitar que isso poderá ser óbice à glorificação dele sobre os altares, quando sucede que este aspecto é assunto arrumado há mais de um século»²². Contudo, do ponto de vista de Camilo e de Alves Mateus, o assunto ficou longe de estar arrumado, justamente por carência dos factores documentais que permitam um claro entendimento do problema. A hagiografia mais afeita à tradição não tem, aliás, qualquer dúvida quanto ao patriotismo de D. Fr. Bartolomeu.

Monsenhor José de Castro, numa substanciada biografia do Venerável, dedica dois capítulos a esta problemática. Num deles, argumenta com a posição do arcebispo na continuada e firme defesa da primazia da Sé de Braga nas Espanhas. Em outro, expõe os argumentos sobre a prudência e a lealdade do arcebispo à Pátria. Repetindo a tese de Fr. Luís de Sousa, diz que o sucesso dos acontecimentos não respondeu à sua tenção, porque o povo, afinal, elegeu Filipe II em Côrtes, pelo que a sua tenção não era Filipe II. «Se não fosse eleito Filipe II, o sucesso teria respondido à sua tenção»²³.

Análogo parecer aduz um escritor tão insuspeito como Aquilino Ribeiro, na sua admirável biografia do arcebispo. Compara ele três grandes personalidades da crise de 1580: Bartolomeu dos Mártires, Fr. Luís de Sousa e Diogo Bernardes, e conclui: «Os actos destes três grandes homens de 1580 é preciso vê-los no seu clima e com lentes graduadas para essa distância. E então o arcebispo parecerá um santo homem»²⁴.

J. Pinharanda Gomes

²² RAUL ROLO, O.P., *O Patriotismo de Bartolomeu dos Mártires*, 8.

²³ JOSÉ DE CASTRO, *Venerável Bartolomeu dos Mártires*, 100.

²⁴ AQUILINO RIBEIRO, *D. Frei Bartolomeu*, 1953, 184.

Notas e Comentários

Perspectiva sobre o Padre D. Chenu, O. P.

Nasceu em Soisy-sur-Seine, arrabaldes de Paris, no dia 7 de Janeiro de 1895. Em 1913 entrou no Noviciado da Ordem dos Pregadores, tendo emitido os votos de consagração religiosa no dia 1 de Dezembro de 1914. A ordenação sacerdotal foi em 19 de Abril de 1919.

Estudou Filosofia e Teologia no Studium «Saulchoir» e no «Angélico», em Roma, revelando especial argúcia, persistência e rigor na investigação, criatividade e capacidade pedagógica, alimentada pela capacidade de risco medido, sempre atento à vocação de serviço.

Em 1920 já era Professor da «História das Doutrinas», no Saulchoir (Bélgica), passando a Regente das Faculdades de Filosofia e Teologia de 1932 a 1937. Em 1938 o Studium foi trasladado para Etioilles nos arrabaldes de Paris, onde continuou a docência e intensa intervenção doutrinal e pastoral.

Escreveu «Le Saulchoir — Une École de Théologie», que teve imediato e grande eco nos meios eclesiásticos e não só. O texto tem uma certa dinâmica de manifesto, insistindo na necessidade e urgência da Teologia se colocar à atenta escuta do Mundo, para o entender e evangelizar. Vivia-se o difícil tempo entre as duas Grandes Guerras, em que se sofria profundo abalo cultural e crise de valores; a Igreja institucional, em atitude defensiva, fechava-se a tudo o que tivesse ressaibos de busca e novidade.

A Cúria romana inquietou-se e, em plena Guerra Mundial, em 1942, o livro foi condenado e colocado no Index das obras heréticas, perniciosas e perigosas, tornando-se proibida a sua leitura. Além disso, foi suspenso de Professor de Teologia. Humildemente, religiosamente, submeteu-se à arbitrária e mesquinha atitude do tristemente famoso Santo Ofício. Mas não parou a sua investigação sobre a teologia medieval, fixando-se, especialmente, em S. Tomás (que também fora condenado no seu tempo), de quem recebia luz e coragem para prosseguir o bom combate pela verdade, pela fé e pela dinâmica missionária da Igreja.